



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 06.940.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025**

## 1. DO FUNDAMENTO:

1.1. O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 037/2025 de 10 de Janeiro de 2025, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob o Sistema de Registro de Preços, a qual será regida pela **Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3192 de 21 de Fevereiro de 2024, Lei Complementar Municipal nº 109/2021 de 08 de Junho de 2021** e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como, nas disposições contidas neste edital.

## 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM COBERTURA DE EVENTOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE FOTOGRAFIAS, VÍDEOS, IMAGENS POR DRONE, TRANSMISSÕES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO DE MATERIAIS AUDIOVISUAL, GRAVAÇÃO DE ÁUDIOS, CRIAÇÃO DE TEXTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOM PARA EVENTOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Portal da BLL em tempo hábil, antes do horário fixado no Edital para o encerramento de recebimento das propostas.

### 4.1.1.1. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA E JULGAMENTO

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 13h00min horas do dia 11/03/2025.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13h01min às 13h15min horas do dia 11/03/2025.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 13h16min horas do dia 11/03/2025.

4.1.2 Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, **a presente licitação é destinada à participação exclusiva de ME E EPP.**

4.1.2.1 Nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, Art. 2º, inciso V, § 2º da Lei Complementar Municipal nº 109/2021, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável, bem como a promoção da prática empresarial, fica permitida a participação neste certame somente empresas enquadradas como Microempresas, empresas de Pequenas Empresas e equiparadas sediadas na Microrregião Geográfica de Umuarama. Entende-se como região a Microrregião de Umuarama, assim definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes Municípios: **Alto Paraíso/PR; Alto Piquiri/PR; Altônia/PR; Brasilândia do Sul/PR; Cafezal do Sul/PR; Cruzeiro do Oeste/PR; Douradina/PR; Esperança Nova/PR; Francisco Alves/PR; Icaraíma/PR; Iporã/PR; Ivaté/PR; Maria Helena/PR; Mariluz/PR; Nova Olímpia/PR;**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**Perobal/PR; Pérola/PR; São Jorge do Patrocínio/PR; Tapira/PR; Umuarama/PR; e, Xambrê/PR, (Fonte: <http://www.ipardes.pr.gov.br>), conforme Lei Complementar Municipal nº 109/2021 de 08 de Junho de 2021.**

**4.1.2.1.A) Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 90(noventa) dias a contar da data de emissão.**

## **4.1.3. DA JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ME/EPP E MEI.**

**4.1.3.1** Justifica-se, o incentivo aos micros, pequenas empresas e equiparadas de forma a proporcionar políticas públicas de sustentabilidade, empreendedorismo, geração de renda e desenvolvimento econômico, voltados ao incentivo da atividade empresarial e melhora dos Índices de Desenvolvimento Econômico e Sociais bem como a ampliação da eficiência das políticas públicas junto a essas empresas.

**4.1.3.2** Para este incentivo, a administração está levando em consideração o objeto do certame que pode ser fornecido por várias empresas sediadas dentro da limitação jurídica.

**4.1.3.3** Os entendimentos acerca do tratamento diferenciado concedido às empresas enquadradas encontram-se amparado com base no prejulgado nº 27, Acórdão 2122/2019, Sessão Ordinária do Tribunal Pleno nº 26 de 31/07/2019, Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**4.2.** A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ficando a cargo do(a) licitante os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes **Bolsa de Licitações do Brasil – BLL** referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

**4.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.6** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

### **4.7 Não poderão disputar esta licitação:**

**4.7.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.7.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.7.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.7.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.7.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.7.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

**4.7.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.7.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**4.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.8** O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.9** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.10** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.11** O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.12** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.13** A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 5 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**5.1** O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL.

**5.2** Os trabalhos serão conduzidos por Funcionários da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o link "BLL" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

**5.3** O Credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão Eletrônico.

**5.4** Como requisito para participação no pregão, em campo obrigatório do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

**5.5** O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.6** O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a envio e abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

**5.7** As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, em [www.altoparaíso.pr.gov.br](http://www.altoparaíso.pr.gov.br); no site Bolsa de Licitações do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)); ou publicadas no Diário Oficial do Município. As demais condições constam no presente edital e seus anexos.

**5.8** As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Pregoeiro, sito à Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro - Alto Paraíso/PR, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min, ou pelo telefone (44) 3664-1320, ou ainda, através do e-mail [licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br](mailto:licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br).

**5.9** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

## 6 DO CREDENCIAMENTO, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**6.1** A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo ou diretamente pela BLL.

**6.2** O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**6.3** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**6.4** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil.

**6.5** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que porterceiros.

**6.6** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**6.7** A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.

**6.8** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

**6.9** É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.

**6.9.1** A desclassificação de que trata o subitem 5.8, não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos, e esses terem sido anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.

**6.10** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (041) 3097-4600, e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br), ou através de uma corretora de mercadorias associada.

**6.11** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**6.12** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**6.13** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**6.13.1** Cumpre todos os requisitos do **ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**;

**6.14** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.15** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.16** A falsidade da declaração de que trata os itens 6.12 ou 6.14 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**6.17** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**6.18** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**6.19** Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

**6.20** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobre tudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “[www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

**6.21** O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**6.22** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sendo que o registro da proposta pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições do Edital, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de entrega dos produtos, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.

**7.2** A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.

**7.3** Cabe ao licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame ou quaisquer dificuldades inerentes.

**7.4** Nos preços deverão estar incluídos todos os custos necessários à entrega dos produtos licitados na forma estabelecida neste edital, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos.

**7.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**7.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.7** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.8** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

**7.9** A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

**7.10** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**7.11** Os licitantes deverão ofertar preços de mercado para os produtos, sendo opcional à Administração verificar por meio de diligências, eventuais superfaturamentos ou discrepâncias nos preços obtidos na licitação e desclassificar as propostas inadequadas.

**7.12** No preenchimento da proposta eletrônica deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as marcas e modelos dos produtos ofertados e os valores unitários (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula). A não inserção destas informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. Exceto nos casos de serviços, no qual não é exigido a apresentação de marca e modelo.

**7.13** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

**7.14** As licitantes deverão ANEXAR à sua proposta eletrônica em campo próprio na BLL, o catálogo, manual técnico, prospecto, folder, folheto e/ou cópia da página do site do fabricante do produto ofertado, compatível(is) e adequado(s) à especificação, em português ou traduzidos, devendo este(s) ser(em) igual(is) ou superior(es) ao descrito no Termo de Referência do Edital, incluindo a especificação de marca e modelo e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas. A não apresentação dos catálogos poderá acarretar na desclassificação do item e/ou da proposta. **Quando for exigida a apresentação de catálogo e demais documentos, será informado no Termo de Referência.**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**7.15** A cotação de duas marcas/modelos para o mesmo item acarretará na desclassificação do licitante para o ITEM.

**7.16** A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**7.17** Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar os documentos solicitados neste edital, ou apresentá-los de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.

**7.18** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**7.19** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7.20** O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação da proposta.

## **8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio eletrônico, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**8.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.2.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.6** O lance deverá ser ofertado **pelo valor unitário do item**.

**8.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.8** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.9** Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens/lotos da mesma licitação.

**8.9.1** Em regra, a disputa simultânea de itens obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de itens/lotos selecionados fora da ordem sequencial.

**8.10** O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.10.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.10.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.10.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens/lotos anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.10.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**8.10.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.11** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.12** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.13** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.14** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.15** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.16** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.17** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**8.17.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.17.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.17.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.17.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.18** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**8.18.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**8.18.1.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**8.18.1.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**8.18.1.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**8.18.1.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.18.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**8.18.2.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**8.18.2.2** empresas brasileiras;

**8.18.2.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**8.18.2.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.19** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.19.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**8.19.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.19.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.19.4** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas que:

- a) **ENVIE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO APÓS A NEGOCIAÇÃO REALIZADA, DEVERÁ ENVIAR (ANEXAR) JUNTO AO SISTEMA - PLATAFORMA BLL OU POR E-MAIL NO SEGUINTE ENDEREÇO: LICITACAOALTOPARAISO@YHAAO.COM.BR, A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA (MODELO ANEXO II), COM O(S) VALOR (ES) OFERECIDO(S) APÓS A ETAPA DE LANCES, EM 01 (UMA) VIA, RUBRICADA EM TODAS AS FOLHAS E A ÚLTIMA ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CITADO NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, EM LINGUAGEM CONCISA, SEM EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS, CONTENDO RAZÃO SOCIAL, CNPJ – CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA, INSCRIÇÃO ESTADUAL, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DE TELEFONE E FAX, NÚMERO DE AGÊNCIA DE CONTA BANCÁRIA;**
- b) **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES (MODELO ANEXO III); E**
- c) **OPCIONADO AO VENCEDOR PROVISORIAMENTE CLASSIFICADO AO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

**8.19.5** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.20** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9 DA FASE DE JULGAMENTO

**9.1** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.5.1** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

**9.5.2** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**9.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**9.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**9.5.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**9.5.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**9.5.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**9.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o previsto neste edital.

**9.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, que trata sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

**9.7** Para o julgamento das propostas, será considerado o critério de **MENOR PREÇO DO ITEM.**

**9.5.1** Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO DO ITEM.**

**9.8** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**9.5.1** contiver vícios insanáveis;

**9.5.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**9.5.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**9.5.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**9.5.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.9** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.5.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**9.9.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**9.9.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.10** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**9.5.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**9.11** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9.12 DAS AMOSTRAS (QUANDO APLICÁVEL)**

**9.5.1** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.5.2** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**9.5.3** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**9.5.4** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**9.5.5** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9.13 DA ESPECIFICAÇÃO DE MARCAS**

**9.5.1** Caso o Termo de Referência especifique marcas referências (em número não inferior a três – justificativa no ETP), o licitante classificado em primeiro lugar ficará obrigado a oferecer uma das marcas, **ou marca similar**, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.5.2** Caso apresente **marca similar** o Pregoeiro, julgando necessário, poderá requerer a comprovação da efetiva similaridade, a fim de se certificar da adequação entre o objeto oferecido pelo licitante e as condições técnicas exigidas no edital, devendo o licitante possuir meios de comprovar a similaridade da marca, por meio de ficha técnica oficial, laudos, amostras etc.

**9.13.2.1** É facultado aos licitantes interessados manifestarem-se sobre a prova de similaridade.

## **10 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.5.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido pelo município de Alto Paraíso/PR, em situação válida, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**10.5.2** Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não estejam contemplados no registro cadastral emitido pelo Município de Alto Paraíso/PR, deverão ser encaminhados pelo licitante, via sistema eletrônico, no momento de cadastro de sua proposta.

## **10.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA – REGISTRO CADASTRAL**

**10.2.1 Pessoa física (se admitida a participação no Termo de Referência):** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.2.2 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Junta Comercial da respectiva sede;

**10.2.3 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.2.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.5 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**10.2.6 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

## **10.3 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**10.3.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**10.3.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**10.3.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.3.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.3.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.3.6** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.3.7** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **10.4 QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA**

**10.4.1** Pessoa Jurídica - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

## **10.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.5.1** Comprovação de aptidão para prestação de serviços em características, por meio da apresentação de no mínimo 01 atestado/declaração de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. (este atestado deverá ser elaborado em papel timbrado da emitente do mesmo, deve conter o nome, endereço e o telefone de contato dos atestadores, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes).

**10.6** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**10.6.3** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.7** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**10.7.3** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**10.8** No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Departamento de Licitações, por Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.9** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**10.10** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**10.11** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.12** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

**10.12.1** A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**10.12.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.12.3** O Pregoeiro, motivadamente, poderá, caso julgue conveniente para o melhor atendimento do interesse público, com vistas a favorecer a competitividade no certame, aplicar o Acórdão 1.211/2021 do TCU.

**10.13** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.14** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**10.15** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **11 DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**11.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

## **12 DOS RECURSOS**

**12.3** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.4** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.5** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.5.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão

**12.5.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, podendo o Pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo

**12.5.3** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**12.6** 12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

12.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.8 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 13. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação do licitante vencedor, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado para a autoridade superior que poderá:

13.1.1 determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades

13.1.2 revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.1.3 proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.1.4 adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## 14 DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Para efeitos do Registro de Preços, são adotadas as seguintes definições:

14.1.1 Sistema de Registro de Preços – SRP – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

14.1.2 Ata de Registro de Preços – Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os quantitativos, preços, detentores da ata, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

14.1.3 Órgão Gerenciador – Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

14.1.4 Órgão Participante – Órgão ou Entidade da Administração Pública, que participou da etapa preparatória do procedimento licitatório precedente ao Registro de Preços;

14.1.5 Detentor da Ata – Licitante (s) vencedor (es) do certame na modalidade Concorrência ou Pregão, com preços registrados para futuros fornecimentos ou prestação de serviços.

14.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, será pelo período de 01(um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84, Lei 14.133/2021).

14.3 O preço registrado e a indicação dos respectivos Detentores da Ata serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

14.4 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.6 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município.

14.7 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**14.8** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**14.9** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**14.10** A contratação com os Detentores da Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de EMPENHO de despesa, observado o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

**14.11** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 124 da Lei 14.133/2021;

**14.12** O Preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos Detentores a Ata;

**14.13 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:**

I - Convocar o Detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II - Frustrada a negociação, o Detentor da Ata será liberado do compromisso assumido;

III - Convocar os demais licitantes que tiveram preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**14.14 Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados,** o Detentor da Ata, mediante pedido fundamentado, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, a Administração poderá:

I - manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;

II - considerar o valor solicitado pelo detentor como o máximo a ser concedido para a alteração;

III - poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo detentor;

IV - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

V - O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo órgão ou pela entidade gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

VI - Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou do lote, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

**14.15** O Detentor da Ata terá seu registro cancelado, total ou parcialmente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, quando:

I - descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

II - quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

III - nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;

IV - nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP, observado **Decreto Municipal n. 3192/2024 – regulamenta o SRP;**

V - por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;

VI - por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

VII - quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

VIII - quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

IX - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

X - por ordem judicial.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## 15 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**15.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**15.1.1** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**15.1.2** dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**15.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**15.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**15.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**15.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**15.3.1** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no **Decreto Municipal n. 3192/2024 – regulamenta o SRP;**

**15.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**15.4.1** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**15.4.2** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 16 DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**16.1** Os serviços/fornecimento ocorrerão pelo período **de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021 por igual período, desde que comprovada a vantajosidade.

**16.2** Os serviços deverão ser realizados em estrita conformidade com as disposições do Termo de Referência.

**16.3** O Município de Alto Paraíso/PR, reserva-se o direito de não receber no todo ou em parte o serviço prestado em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

## 17 DO PAGAMENTO

**17.1** A DETENTORA DA ATA deverá emitir a nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, somente quando solicitada pela Divisão de Contratos, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação.

**17.2** O atesto do gestor na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento desta.

**17.3** A DETENTORA DA ATA deverá realizar as devidas retenções na Nota Fiscal, no que couber.

**17.4** A DETENTORA DA ATA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

**17.5** Caso a DETENTORA DA ATA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I – será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória;

**17.6** A Prefeitura compromete-se a efetuar o pagamento até o **30º (trigésimo) dia** a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

**17.7** No caso do não pagamento da nota fiscal até o **30º (trigésimo) dia**, por culpa exclusiva do Município, será efetuada a atualização monetária do **31º (trigésimo primeiro) dia** até a data da efetiva quitação, para tanto fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro rata die, em observância ao que dispõem a Lei n. 14.133/2021;

**17.8** O preço será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas na Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações e no Decreto Municipal que regulamenta o SRP.

**17.9** Poderá haver reequilíbrio, sendo este solicitado pela empresa e aceito pela administração municipal, devendo a empresa solicitante apresentar elementos que comprove o aumento dos insumos.

**17.10** As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício, sendo informada no momento da contratação. A dotação orçamentária também poderá ser informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

## 18 DAS SANÇÕES E PENALIDADES

**18.1** Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, comete infração administrativa o licitante ou contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, também comete infração administrativa o licitante não mantiver a proposta em especial quando:

**18.2.1** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação;

**18.2.2** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**18.2.3** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**18.2.4** Deixar de apresentar amostra;

**18.2.5** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**18.3** Para os responsáveis pela prática das infrações administrativas previstas no item acima serão aplicadas as sanções administrativas: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Alto Paraíso/PR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**18.4** ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

**18.5** MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do Pregão Eletrônico e compreenderá:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**18.6** Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual.

**18.7** Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

**18.8** Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o Município inscreverá o valor em dívida ativa.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**18.9** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

**18.10** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

**18.11** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Alto Paraíso/PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

**18.12** É admitida a reabilitação da credenciada perante o Município, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**18.13** Além das penalidades citadas, a(s) CONTRATADA ficar(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**18.14** Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a(s) CONTRATADA(S), conforme o caso, ficar(ão) isentas das penalidades mencionadas.

**18.15** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**18.16** Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

## 19 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

**19.1** A Gestão e a fiscalização administrativa serão exercidas por responsáveis designados pela secretaria solicitante.

**19.2** Será de responsabilidade do Fiscal dar recebimento provisório dos serviços e fornecimentos, que procederá a conferência e verificação das quantidades e sua conformidade com as especificações neste Edital e da legislação de regência.

**19.3** Constatadas irregularidades na execução, a Contratada será notificada e a Contratante poderá:

19.3.1 se disser respeito à quantidade de serviço executado, especificação, vícios de qualidade, funcionamento ou impropriedade para uso, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

19.3.2 na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

19.3.3 se disser respeito à diferença de partes, determinar sua complementação ou rescindir a





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaiso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaiso@pref.pr.gov.br)

contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

19.3.4 Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, serão encaminhados os fatos ocorridos à autoridade superior, para apuração e responsabilização.

Caso não haja qualquer improbidade explícita, será emitido o Termo de recebimento que comprove a exatidão da prestação de serviços, para posterior apresentação de nota Fiscal, pela Contratada, para fins de pagamento.

## 20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**20.1** O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://www.altoparaiso.pr.gov.br>, no seguinte link: Licitações – Editais – Pregão Eletrônico.

**20.2** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**20.3** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**20.4** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

**20.4.1** Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, podendo, para tanto, ser utilizado o site oficial do município, <http://www.altoparaiso.pr.gov.br>, <[licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br](mailto:licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br)> ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da plataforma, [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**20.4.2** As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Pregoeiro Oficial, podendo ser protocolizadas junto à Equipe de Apoio, situada na AV. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Centro, Alto Paraíso/PR, CEP 87.528-000 no horário das 08:00 às 17:00 horas, ou enviadas via postagem, ou ainda, por meio do site oficial do município, <http://www.altoparaiso.pr.gov.br>, <[licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br](mailto:licitacaoaltoparaiso@yahoo.com.br)> ou ainda, serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da plataforma BLL, [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**20.5** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**20.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**20.7** As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, <http://www.altoparaiso.pr.gov.br>, bem como no site de realização deste certame, [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

## 21 DOS PADRÕES ÉTICOS

**21.1** Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação.

**21.2** Para a execução do contrato objeto deste processo, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação vantagens financeiras ou administrativas, ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele relacionado, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

## 22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**22.1** A participação neste certame implica a aceitação integral e irretratável dos termos do Edital.

**22.2** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**22.3** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**22.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**22.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial deste município, <http://www.altoparaíso.pr.gov.br/licitacoes>, bem como no site de realização do certame, [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**22.11** O aviso do edital será publicado no Diário Oficial do Município, endereço [www.ilustrado.com.br](http://www.ilustrado.com.br), em jornal de circulação, afixado no mural de avisos da Prefeitura municipal e divulgado no portal da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR <http://www.altoparaíso.pr.gov.br/licitacoes>.

**22.12** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Xambrê/PR.

## 23 ANEXOS

**23.1** São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

**ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA

**ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA;

**ANEXO III** – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES;

**ANEXO IV** – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ANEXO V** – MINUTA DE CONTRATO

Alto Paraíso - PR., 20 de Fevereiro de 2025.

---

LUIZ ELISEU DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

ITEM	COD. INT.	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VLR. UNITÁRIO MÁXIMO	VLR. TOTAL MÁXIMO
01	25349	CAPTAÇÃO DE IMAGENS (DRONE)	HORA	150	226,75	34.012,50
<b>DESCRIÇÃO MÍNIMA DESEJADA:</b> CAPTAÇÃO DE IMAGENS AÉREAS (VÍDEO OU FOTO), DRONE COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE GRAVAÇÃO DE VÍDEO: 4K CINEMA A 24 FPS, 4K A 30 FPS E FULL HD A 96 FPS.						
02	25350	COBERTURA DE EVENTOS PÚBLICOS (FILMAGEM, FOTOGRAFIAS E EDIÇÕES)	UND	20	436,66	8.733,20
<b>DESCRIÇÃO MÍNIMA DESEJADA:</b> SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E REGISTRO FOTOGRÁFICO DIGITAL COM EDIÇÃO DE IMAGENS ENVOLVENDO REGISTROS DE EVENTOS E/OU COLUMNISMO SOCIAL; FOTOGRAFIAS PUBLICITÁRIAS E/OU PARA CATÁLOGOS E FOTOGRAFIAS JORNALÍSTICAS A SEREM EXECUTADOS DE FORMA EVENTUAL E SOB DEMANDA (PARA COBERTURA DE EVENTOS COM EDIÇÃO MÍNIMA DE 200 FOTOS POR EVENTO) INCLUINDO O USO DE TODO MATERIAL DE SUPORTE (INSUMOS, EQUIPAMENTOS, SOFTWARES) E MÃO DE OBRA PROFISSIONAL NECESSÁRIA PARA SUA EXECUÇÃO.						
03	25351	CRIAÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL	UND	20	2.173,10	43.462,00
<b>DESCRIÇÃO MÍNIMA DESEJADA:</b> SERVIÇO DE CONFECCÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL COM FILMAGEM DA UNIDADE, EXTERNAS E INTERNAS, COM LOCUÇÃO GRAVADA EM ESTÚDIO PROFISSIONAL, ABRANGENDO A MISSÃO DA UNIDADE. COM CONFECCÃO DE DVD E DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 15						



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

MINUTOS, COM TEXTO FORNECIDO PELO CONTRATANTE.						
04	25352	SONORIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS (CAIXA DE SOM, MESA DE ÁUDIO, MICROFONE E ACESSÓRIOS) EVENTO DE GRANDE PORTE	UND	20	993,11	19.862,20
<b>DESCRIÇÃO MÍNIMA DESEJADA:</b> 01 MESA DE SOM DE 34 CANAIS; 02 NOTEBOOKS; 04 MICROFONES DE MÃO; 04 MICROFONES SEM FIO; 06 A 10 CAIXAS DE SOM; 04 A 05 POTÊNCIAS; 01 COMPUTADORES COM ALTA CAPACIDADE COM SOFTWARES COM LICENÇA PARA EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO; 01 MICROFONES LAPELA; KIT ILUMINAÇÃO.						
05	25353	TRANSMISSÃO DE AUDÊNCIA PÚBLICA	HORA	150	194,78	29.127,00
<b>DESCRIÇÃO MÍNIMA DESEJADA:</b> ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS TRANSMITIDAS AO VIVO: POR MEIO DE TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA REMOTA (RSI), COM TRANSMISSÃO AO VIVO PARA OS CANAIS DA INTRANET E/OU INTERNET.						

Estimam-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 135.286,90 (cento e trinta e cinco mil duzentos e oitenta e seis reais e noventa centavos)**, o qual está de acordo com o praticado no mercado.

A Metodologia utilizada para obter o preço foi a **MEDIA DOS PREÇOS OBTIDOS**, é um dos métodos mais comuns para definir preços de referência. É obtida somando os valores de todos os dados e, posteriormente, dividindo a soma pelo número de dados, normalmente utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

### Solução Proposta:

A solução consiste na prestação de serviços de cobertura de eventos por uma empresa especializada, abrangendo:

1. **Captação de fotografias e vídeos** de alta qualidade para registro e divulgação oficial;
2. **Imagens aéreas por drone**, garantindo perspectivas diferenciadas e conteúdo dinâmico;
3. **Transmissões ao vivo de audiências públicas e eventos oficiais**, promovendo acesso e participação da população;
4. **Produção e edição de materiais audiovisuais institucionais**, incluindo vídeos promocionais, institucionais e documentais;
5. **Gravação de áudios e entrevistas**, para uso em conteúdos informativos e peças de comunicação;
6. **Criação e edição de textos**, assegurando a coerência e padronização da comunicação institucional;
7. **Locação e operação de sistema de som**, garantindo qualidade acústica adequada aos eventos realizados.

### Justificativa para a Escolha da Solução:

1. **Atende ao princípio da eficiência e economicidade**, permitindo que a Administração tenha acesso a serviços especializados sem a necessidade de investir na aquisição e manutenção de equipamentos próprios;
2. **Possibilita a transparência na gestão pública**, promovendo a ampla divulgação das ações governamentais e garantindo o acesso da população às informações institucionais;
3. **Padroniza a qualidade dos registros e transmissões dos eventos**, garantindo uniformidade na comunicação oficial;
4. **Garante conformidade com as exigências legais e normativas**, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

### Benefícios da Solução:





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

1. **Acesso a uma equipe qualificada** e experiente na captação, edição e divulgação de conteúdos audiovisuais;
2. **Redução de custos operacionais**, evitando despesas com aquisição e manutenção de equipamentos próprios;
3. **Flexibilidade na cobertura de eventos**, garantindo disponibilidade conforme a agenda institucional;
4. **Fortalecimento da comunicação pública**, ampliando o alcance e a visibilidade das ações governamentais.

## Forma de Implementação:

1. A empresa contratada será responsável por disponibilizar **profissionais capacitados e equipamentos adequados** para a execução dos serviços;
2. A execução dos serviços seguirá um **cronograma definido pela Administração**, considerando as demandas e eventos programados;
3. Os conteúdos produzidos serão entregues **nos formatos e prazos estabelecidos**, garantindo sua utilização eficaz pelos órgãos competentes.

## Conclusão:

A solução proposta apresenta-se como a opção mais eficiente e economicamente vantajosa para atender à necessidade da Administração Pública, assegurando a cobertura de eventos com qualidade técnica, transparência e conformidade legal.

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

Nos termos do Art. 18, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais para licitação e contratação no âmbito da Administração Pública, o processo de contratação deve conter a descrição clara e objetiva dos requisitos indispensáveis para a sua execução, de modo a assegurar a adequação do objeto às necessidades da Administração.

Os requisitos para a presente contratação incluem:

### Necessidade da Contratação:

- Atender à demanda da **Administração Pública** na realização de eventos institucionais, garantindo registro, divulgação e transparência das atividades;
- Disponibilizar materiais audiovisuais de qualidade para comunicação oficial, prestação de contas e publicidade institucional;
- Cumprir com as exigências de transmissão ao vivo de audiências públicas e eventos governamentais, promovendo acesso e participação da população;
- Fornecer suporte técnico e operacional para garantir que os eventos ocorram com qualidade sonora e visual adequadas.

### Qualificação Técnica da Prestadora do Serviço:

- **A empresa contratada deverá demonstrar capacidade técnica para a execução dos serviços, por meio de:**
  - Atestados de capacidade técnica emitidos por clientes anteriores comprovando experiência em serviços similares;
  - **Equipe qualificada** com profissionais especializados em captação e edição de áudio e vídeo, operação de drones e produção de conteúdos audiovisuais.

### Conformidade com Normas e Regulamentos:

- **Os serviços prestados deverão estar em conformidade com:**
  - Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021);
  - **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018)**, garantindo a segurança das informações captadas;
  - **Normas técnicas de áudio, vídeo e transmissão**, assegurando qualidade na captação e reprodução de imagens e sons.

### Adequação Orçamentária e Compatibilidade com o Mercado:

- O valor estimado da contratação deverá estar dentro das práticas de mercado, com base em levantamento de preços de empresas do setor;



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- A contratação deverá observar a **disponibilidade orçamentária** da Administração Pública, garantindo viabilidade financeira sem comprometer outras despesas essenciais;
- O pagamento deverá seguir **critérios claros de medição e entrega dos serviços**, conforme especificado no contrato.

## **Justificativa para a Escolha do Modelo de Contratação:**

- A contratação poderá ser realizada por licitação ou inexigibilidade de licitação, dependendo da existência de concorrência no mercado e da especialização técnica dos serviços a serem prestados;
- O modelo de contratação escolhido deverá ser fundamentado em **estudos técnicos preliminares**, garantindo eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.

## **Conclusão:**

A definição dos requisitos da contratação busca garantir transparência, eficiência e legalidade, assegurando que os serviços contratados atendam plenamente às necessidades da Administração Pública, dentro dos princípios da economicidade, competitividade e qualidade técnica.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO PREVISÃO: art. 18, § 1º, V da Lei n. 14.133/21**

O levantamento de mercado é uma etapa essencial para assegurar que a contratação dos serviços de cobertura de eventos institucionais — incluindo captação de fotografias, vídeos, imagens por drone, transmissões ao vivo, produção audiovisual, gravação de áudios, criação de textos e locação de sistema de som — seja realizada com base em preços compatíveis com a realidade do setor e em condições adequadas para a Administração Pública.

### **Objetivo do Levantamento de Mercado:**

- Identificar fornecedores qualificados e disponíveis no mercado para a prestação dos serviços contratados;
- Verificar a **média de preços praticados** para os serviços, assegurando que a contratação ocorra de forma **econômica e vantajosa** para a Administração Pública;
- Levantar **as melhores práticas do setor**, garantindo que os serviços contratados atendam a padrões técnicos e de qualidade adequados;
- Analisar a **existência de concorrência efetiva** para definir o procedimento de contratação mais apropriado (licitação ou inexigibilidade de licitação).

### **Metodologia Utilizada no Levantamento de Preços:**

- O levantamento de preços foi realizado com base nos seguintes critérios:
  1. Pesquisas em bases públicas de contratações anteriores, incluindo contratos firmados por outros órgãos da Administração Pública em contextos semelhantes;
  2. Análise de preços médios praticados no mercado, considerando valores ofertados em propostas comerciais e licitações similares;
  3. Verificação da compatibilidade orçamentária, garantindo que os valores praticados no mercado sejam compatíveis com os limites financeiros da Administração.

## **Conclusão:**

O levantamento de mercado é um passo essencial para garantir que o processo de registro de preços seja competitivo, vantajoso e viável, assegurando que a administração pública obtenha o melhor custo-benefício.

## **7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO**

O parcelamento da contratação dos serviços de cobertura de eventos institucionais, incluindo fotografia, filmagem, transmissão ao vivo, produção audiovisual, gravação de áudios, criação de textos e locação de sistema de som, apresenta-se como uma alternativa vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, conforme previsto no art. 40, § 1º da Lei nº 14.133/2021.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

## Viabilidade Técnica do Parcelamento:

- Especialização dos fornecedores: O parcelamento permite a contratação de empresas especializadas em cada serviço, assegurando maior qualidade técnica e expertise na execução.
- Execução independente dos serviços: Os serviços de fotografia, filmagem, edição audiovisual, transmissão ao vivo e locação de som podem ser executados de forma independente, sem prejuízo à entrega final, tornando viável a divisão por lotes.
- Flexibilidade na contratação: A segmentação dos serviços possibilita ajustes mais ágeis nas contratações, permitindo a substituição de fornecedores em casos de necessidade, sem impactar todo o contrato.

## Vantagens Econômicas do Parcelamento:

- Maior competitividade no certame licitatório: A divisão dos serviços amplia a participação de empresas menores e especializadas, promovendo concorrência e potencial redução de preços.
- Otimização dos recursos financeiros: Com fornecedores específicos para cada serviço, a Administração pode contratar apenas o necessário para cada evento, evitando custos desnecessários com pacotes fechados.
- Redução de riscos contratuais: A separação dos serviços diminui a dependência de um único fornecedor, reduzindo riscos de inadimplência ou falhas na execução global.

## Adequação Jurídica e Alinhamento aos Princípios da Nova Lei de Licitações:

- Atendimento ao princípio da economicidade (art. 5º, IV, da Lei nº 14.133/21), pois o parcelamento pode gerar redução de custos sem comprometer a qualidade da prestação do serviço.
- Promoção da ampla concorrência (art. 5º, V), favorecendo a participação de empresas com diferentes especializações, o que pode resultar em melhores propostas técnicas e financeiras.
- Melhor alocação de recursos públicos, garantindo maior eficiência na execução dos serviços, sem comprometer a transparência e a fiscalização contratual.

## Conclusão:

Diante dos argumentos apresentados, ***o parcelamento da contratação é uma solução favorável***, pois amplia a concorrência, garante especialização técnica, proporciona maior controle sobre os serviços contratados e pode gerar economia para a Administração Pública.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no decreto nº 3187/2024, que “Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná-PR”.

### 8.1 Das obrigações e responsabilidades da contratada

#### 8.1.1 Execução dos Serviços:

- a) Prestar os serviços contratados com qualidade, pontualidade e observância às especificações descritas no edital e seus anexos.
- b) Garantir que todos os serviços sejam executados por profissionais qualificados e devidamente treinados.
- c) Disponibilizar equipamentos e materiais necessários para a execução das atividades contratadas, em perfeitas condições de funcionamento e compatíveis com as exigências do edital.

#### 8.1.2 Captação e Produção de Conteúdo:

- a) Captar fotografias, vídeos e imagens por drone conforme padrões técnicos e artísticos estabelecidos pelo contratante.
- b) Realizar transmissões de audiências públicas com qualidade audiovisual adequada, assegurando a captação clara de áudio e vídeo.
- c) Produzir materiais audiovisuais, gravações de áudios e criação de textos, conforme demanda e diretrizes fornecidas pelo contratante.

#### 8.1.3 Locação de Equipamentos:



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- a) Disponibilizar sistema de som para eventos, incluindo instalação, manutenção e operação durante o período contratado.
- b) Assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos locados, providenciando substituição imediata em caso de falha.

## **8.1.4 Prazos e Conformidade:**

- a) Cumprir os prazos estabelecidos para entrega dos materiais e execução dos serviços, conforme cronograma acordado.
- b) Atender às solicitações e exigências do contratante, garantindo a adequação dos serviços aos padrões estabelecidos.
- c) Respeitar todas as normas vigentes aplicáveis à execução dos serviços, incluindo legislação trabalhista, de segurança e ambiental.

## **8.1.5 Confidencialidade e Direitos Autorais:**

- a) Manter sigilo sobre informações sensíveis e materiais produzidos para o contratante, salvo autorização expressa para divulgação.
- b) Ceder ao contratante, de forma irrevogável, os direitos autorais patrimoniais sobre os materiais produzidos no âmbito do contrato.

## **8.1.6 Confidencialidade e Direitos Autorais:**

- a) Manter sigilo sobre informações sensíveis e materiais produzidos para o contratante, salvo autorização expressa para divulgação.
- b) Ceder ao contratante, de forma irrevogável, os direitos autorais patrimoniais sobre os materiais produzidos no âmbito do contrato.

## **8.1.7 Penalidades:**

- a) O descumprimento das obrigações previstas neste instrumento sujeitará a contratada às penalidades estipuladas no edital e na legislação vigente.
- b) Em caso de falhas na execução dos serviços, a contratada deverá providenciar correções sem custos adicionais para o contratante.

## **8.1.8 Disposições Gerais:**

- a) A contratada deverá manter canal de comunicação aberto para esclarecimento de dúvidas e alinhamento de demandas.
- b) Qualquer alteração nos termos da prestação de serviços deverá ser formalizada por meio de termo aditivo.

## **8.1 Das obrigações e responsabilidades da contratante**

### **8.2.1 Fornecimento de Informações:**

- a) Disponibilizar à contratada todas as informações, diretrizes e documentos necessários para a execução adequada dos serviços.
- b) Indicar um representante responsável para o acompanhamento, supervisão e aprovação dos serviços prestados.

### **8.2.2 Apoio Logístico:**

- a) Assegurar as condições necessárias para a realização dos serviços, incluindo acesso a locais de evento e infraestrutura adequada.
- b) Disponibilizar espaço adequado para instalação de equipamentos, caso necessário.

### **8.2.3 Pagamentos e Obrigações Financeiras:**

- a) Efetuar os pagamentos conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato.
- b) Regularizar eventuais pendências administrativas e financeiras que possam impactar a execução dos serviços.

### **8.2.4 Supervisão e Qualidade:**

- a) Monitorar a execução dos serviços para garantir que estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.
- b) Reportar eventuais inconformidades e solicitar ajustes quando necessário.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

## 8.2.5 Disposições Gerais:

- a) Respeitar as cláusulas contratuais e garantir a colaboração necessária para a boa execução dos serviços.
- b) Garantir que todas as exigências legais e administrativas sejam cumpridas durante a vigência do contrato.

## 9. Da gestão e fiscalização do contrato

9.1 O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de servidor designado pela Prefeitura mediante Portaria, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e o qual de tudo dará ciência ao contratado, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Caberá ao servidor designado atestar e encaminhar a Nota Fiscal, a ser entregue pela empresa, para efeito de pagamento do mesmo.

9.2 O servidor deverá zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.4 A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

## 10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado pelo Município, na ordem cronológica, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante recebimento definitivo do objeto, cujo pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados, diretamente ao fornecedor.

10.2 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela empresa, em todos os locais e resolução de todas as pendências.

### 10.3 Nota fiscal

Após a entrega dos serviços realizados, a empresa deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, a qual deverá constar as indicações nas observações referentes ao empenho e Secretaria gestora. Caso a mesma for apresentada com erro será devolvida à empresa para retificação e reapresentação.

As empresas não optantes pelo sistema de tributação “Simples Nacional” deverão informar na nota fiscal a alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

## 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto nesse termo de referência, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, no caso de lances iguais prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

## 12. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

## 13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O futuro contrato vigorará durante o prazo de 12(doze) meses, tendo como termo inicial do contrato a sua assinatura. Este poderá ser prorrogado por igual período caso a administração julgue vantajoso.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## 14. DO PRAZO

Após recebimento do empenho a empresa tem o prazo de **10 (dez) dias** para efetuar a entrega dos produtos conforme o objeto do contrato.

## 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 com as alterações posteriores as seguintes sanções de acordo com o Decreto Municipal nº 3023/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

## 16. DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Para fazer jus ao reequilíbrio econômico ou reajuste de preços, ficará a Contratada sujeita às regras e orientações da Lei 14.133/21.

## 17. DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1** na proposta de preço devem estar incluídas todas as despesas e custos, como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da licitação.

**17.2** Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á pelo Decreto Municipal n.º 3191/2024, que “Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Alto Paraíso-Pr”, pela lei 14.133/2021 e outras normas legais em vigor que se apliquem.

**17.3** será motivo de desclassificação as propostas apresentadas sem a MARCA dos produtos.

## 18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

DESP	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	UNIDADE
241	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	02.01.04.122.0002.2.003	CHEFIA DE GABINETE
1011	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
21422	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
1241	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	03.03.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO
2407	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	04.03.04.129.0006.2.019	DIV. TRIBUTOS, ARRECADACAO, FISCALIZACAO
3209	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3244	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3279	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21424	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21425	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
4271	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4309	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4348	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4386	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4424	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4462	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
5206	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5244	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5282	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5320	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

5358	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5396	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5434	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5472	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5555	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.364.0021.2.007	DIVISAO DE EDUCACAO
6169	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6207	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6245	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6283	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
8136	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8177	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8219	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8260	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8301	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8342	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8383	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8424	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8465	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8506	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21426	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21427	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8555	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21428	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8604	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8645	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9405	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9445	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9485	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9525	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9565	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9605	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10276	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10316	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10356	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10396	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10436	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10476	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11072	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11113	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11154	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11195	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11236	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21429	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11280	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11321	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

12303	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
12339	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
21430	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
13445	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
13481	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
21431	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
14363	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	11.02.20.606.0018.2.057	DIVISAO DE AGROPECUARIA E ABASTECIMENTO
14807	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	12.02.22.661.0019.2.059	DIVISAO DE INDUSTRIA E COMERCIO
15381	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	13.03.18.541.0020.2.061	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15549	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	13.03.18.541.0020.2.119	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15664	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	13.03.18.541.0020.2.120	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15924	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	13.04.17.512.0020.2.091	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
16037	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	13.04.17.512.0020.2.120	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
16532	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.03.08.244.0005.2.090	DIVISAO DE PROGRAMAS SOCIAIS
16765	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.05.08.244.0005.2.068	DIVISAO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS
17272	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21432	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17407	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21433	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17484	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.244.0005.2.095	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17861	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17897	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17932	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18060	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.245.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18184	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.06.08.245.0005.2.110	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18410	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.071	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18639	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18674	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18709	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21434	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18745	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18780	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18815	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18850	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18885	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18920	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18945	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
19139	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
19174	339039220000	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
242	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	02.01.04.122.0002.2.003	CHEFIA DE GABINETE
1012	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
1242	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	03.03.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO
2408	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	04.03.04.129.0006.2.019	DIV. TRIBUTOS, ARRECADACAO, FISCALIZACAO
3210	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3245	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

3280	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
4272	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4310	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4349	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4387	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4425	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4463	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
5207	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5245	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5283	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5321	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5359	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5397	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5435	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5473	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5556	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.364.0021.2.007	DIVISAO DE EDUCACAO
6170	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6208	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6246	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6284	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
8137	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8178	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8220	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8261	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8302	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8343	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8384	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8425	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8466	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8507	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8556	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8605	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8646	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9406	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9446	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9486	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9526	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9566	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9606	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10277	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10317	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10357	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10397	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10437	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10477	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

11073	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11114	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11155	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11196	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11237	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11281	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11322	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12304	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
12340	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
13446	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
13482	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
14364	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	11.02.20.606.0018.2.057	DIVISAO DE AGROPECUARIA E ABASTECIMENTO
14808	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	12.02.22.661.0019.2.059	DIVISAO DE INDUSTRIA E COMERCIO
15382	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	13.03.18.541.0020.2.061	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15550	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	13.03.18.541.0020.2.119	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15665	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	13.03.18.541.0020.2.120	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15925	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	13.04.17.512.0020.2.091	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
16038	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	13.04.17.512.0020.2.120	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
16533	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.03.08.244.0005.2.090	DIVISAO DE PROGRAMAS SOCIAIS
16766	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.05.08.244.0005.2.068	DIVISAO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS
17273	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17408	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17485	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.06.08.244.0005.2.095	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17862	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17898	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17933	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18061	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.06.08.245.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18185	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.06.08.245.0005.2.110	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18411	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.071	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18640	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18675	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18710	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18746	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18781	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18816	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18851	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18886	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18921	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
19140	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
19175	339039230000	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
21475	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	02.01.04.122.0002.2.003	CHEFIA DE GABINETE
1018	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
1038	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
21479	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	03.03.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO
2414	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	04.03.04.129.0006.2.019	DIV. TRIBUTOS, ARRECADACAO, FISCALIZACAO



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

3216	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3251	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3286	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3303	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3305	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
4280	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4318	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4357	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4395	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4433	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4471	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
21489	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21490	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21491	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21492	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21493	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21494	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21495	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21496	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21488	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.364.0021.2.007	DIVISAO DE EDUCACAO
6178	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6216	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6254	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6292	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
8145	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8186	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8228	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8269	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8310	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8351	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8392	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8433	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8474	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8515	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21499	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21500	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8564	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8589	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8613	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8654	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21501	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21502	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21503	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21504	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21505	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

21506	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21507	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21508	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21509	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21510	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21511	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21512	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11081	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11122	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11163	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11204	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11245	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11266	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11289	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11330	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12310	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
12346	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
12372	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
13452	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
13488	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
21526	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
14370	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	11.02.20.606.0018.2.057	DIVISAO DE AGROPECUARIA E ABASTECIMENTO
14814	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	12.02.22.661.0019.2.059	DIVISAO DE INDUSTRIA E COMERCIO
15388	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	13.03.18.541.0020.2.061	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15556	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	13.03.18.541.0020.2.119	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15671	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	13.03.18.541.0020.2.120	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15931	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	13.04.17.512.0020.2.091	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
16044	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	13.04.17.512.0020.2.120	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
16539	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.03.08.244.0005.2.090	DIVISAO DE PROGRAMAS SOCIAIS
16772	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.05.08.244.0005.2.068	DIVISAO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS
17279	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17296	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17414	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17432	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17491	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.244.0005.2.095	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17868	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17904	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17939	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18067	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.245.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18191	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.06.08.245.0005.2.110	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18417	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.071	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18646	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18681	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18716	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21530	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

18752	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18787	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18822	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18857	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18892	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18927	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18946	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
19146	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
19181	339039470200	DIVERSOS SERVICOS DE DIFUSAO	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
249	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	02.01.04.122.0002.2.003	CHEFIA DE GABINETE
21546	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
21547	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
21548	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	03.03.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO
21555	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	04.03.04.129.0006.2.019	DIV. TRIBUTOS, ARRECADACAO, FISCALIZACAO
21559	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21560	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21561	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21562	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21563	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21567	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
21568	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
21569	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
21570	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
21571	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
21572	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
21573	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21574	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21575	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21576	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21577	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21578	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21579	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21580	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
21566	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.364.0021.2.007	DIVISAO DE EDUCACAO
21581	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
21582	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
21583	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
21584	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
21591	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21592	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21593	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21594	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21595	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21596	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21597	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

21598	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21599	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21600	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21601	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21602	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21603	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21604	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21605	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21606	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21607	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21608	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21609	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21610	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21611	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21612	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21621	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21622	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21623	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21624	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21625	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21626	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21613	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21614	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21615	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21616	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21617	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21618	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21619	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21620	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21635	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
21636	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
21637	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
21645	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
21646	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
21647	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
21651	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	11.02.20.606.0018.2.057	DIVISAO DE AGROPECUARIA E ABASTECIMENTO
21653	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	12.02.22.661.0019.2.059	DIVISAO DE INDUSTRIA E COMERCIO
21656	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	13.03.18.541.0020.2.061	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
21657	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	13.03.18.541.0020.2.119	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
21658	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	13.03.18.541.0020.2.120	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
21659	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	13.04.17.512.0020.2.091	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
21660	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	13.04.17.512.0020.2.120	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
21663	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.03.08.244.0005.2.090	DIVISAO DE PROGRAMAS SOCIAIS
21664	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.05.08.244.0005.2.068	DIVISAO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS
21665	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

21666	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21670	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21671	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21675	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.244.0005.2.095	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21667	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21668	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21669	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21672	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.245.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21677	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.06.08.245.0005.2.110	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21678	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.071	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21679	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21680	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21681	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21682	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21683	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21684	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21685	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21686	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21687	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21688	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21689	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21690	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
21691	339039490000	PRODUCOES JORNALISTICAS	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
252	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	02.01.04.122.0002.2.003	CHEFIA DE GABINETE
1022	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
21722	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
1251	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	03.03.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO
2418	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	04.03.04.129.0006.2.019	DIV. TRIBUTOS, ARRECADACAO, FISCALIZACAO
3220	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3255	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
3290	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21724	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
21725	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
4284	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4322	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4361	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4399	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4437	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
4475	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.022	DIVISAO DE EDUCACAO
5218	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5256	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5294	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5332	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5370	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5408	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

5446	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5484	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.361.0007.2.030	DIVISAO DE EDUCACAO
5567	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.364.0021.2.007	DIVISAO DE EDUCACAO
6182	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6220	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6258	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
6296	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	07.02.12.365.0007.2.032	DIVISAO DE EDUCACAO
8151	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8192	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8234	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8275	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8316	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8357	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8398	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8439	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8480	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8521	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21726	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21727	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8570	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21728	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8619	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
8660	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.301.0014.2.042	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9419	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9459	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9499	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9539	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9579	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
9619	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.302.0014.2.044	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10290	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10330	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10370	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10410	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10450	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10490	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11087	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11128	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11169	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11210	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11251	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
21729	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11295	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
11336	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
12314	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
12350	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

21730	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
13456	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
13492	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
21731	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
14374	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	11.02.20.606.0018.2.057	DIVISAO DE AGROPECUARIA E ABASTECIMENTO
14818	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	12.02.22.661.0019.2.059	DIVISAO DE INDUSTRIA E COMERCIO
15392	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	13.03.18.541.0020.2.061	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15560	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	13.03.18.541.0020.2.119	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15675	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	13.03.18.541.0020.2.120	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15935	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	13.04.17.512.0020.2.091	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
16048	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	13.04.17.512.0020.2.120	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
16543	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.03.08.244.0005.2.090	DIVISAO DE PROGRAMAS SOCIAIS
16776	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.05.08.244.0005.2.068	DIVISAO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS
17283	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21732	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17418	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
21733	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17495	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.244.0005.2.095	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17872	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17908	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
17943	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18071	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.245.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18195	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.06.08.245.0005.2.110	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
18421	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.071	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18650	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18685	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18720	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21734	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18756	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18791	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18826	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18861	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18896	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
18931	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
21735	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
19150	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
19185	339039590000	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
23491	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	02.01.04.122.0002.2.003	CHEFIA DE GABINETE
23497	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
23498	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	03.02.04.122.0003.2.011	DIV. ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA
23499	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	03.03.04.122.0003.2.013	DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO
23506	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	04.03.04.129.0006.2.019	DIV. TRIBUTOS, ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO
23510	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
23511	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA
23512	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

**Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320**

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

[illegible]



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

23575	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23576	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23577	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23578	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.303.0014.2.046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23565	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23566	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23567	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23568	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23569	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23570	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23571	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23572	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	08.02.10.304.0014.2.045	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
23587	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
23588	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
23589	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	09.02.15.451.0016.2.049	DIV. OBRAS, PLAN. URB. E SERV. PUBLICOS
23597	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
23598	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
23599	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	10.02.26.782.0017.2.100	DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS
23603	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	11.02.20.606.0018.2.057	DIVISAO DE AGROPECUARIA E ABASTECIMENTO
23605	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	12.02.22.661.0019.2.059	DIVISAO DE INDUSTRIA E COMERCIO
23608	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	13.03.18.541.0020.2.061	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
23609	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	13.03.18.541.0020.2.119	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
23610	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	13.03.18.541.0020.2.120	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
23611	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	13.04.17.512.0020.2.091	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
23612	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	13.04.17.512.0020.2.120	DIVISAO DE SANEAMENTO E ASSIST. AGRARIA
23615	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.03.08.244.0005.2.090	DIVISAO DE PROGRAMAS SOCIAIS
23616	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.05.08.244.0005.2.068	DIVISAO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS
23617	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23618	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.244.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23622	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23623	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.244.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23627	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.244.0005.2.095	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23619	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23620	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23621	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.245.0005.2.071	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23624	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.245.0005.2.093	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23629	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.06.08.245.0005.2.110	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
23630	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.071	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23631	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23632	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23633	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23634	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23635	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23636	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23637	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

23638	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23639	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23640	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23641	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.07.08.243.0005.6.072	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC
23642	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
23643	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.08.08.241.0005.2.103	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
23495	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	02.04.04.122.0002.2.122	ASSESSORIA GERAL PLAN. E GESTAO ADM.
23645	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	15.02.27.812.0012.2.037	DIVISAO DE ESPORTE E LAZER
23647	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	16.02.27.695.0013.2.038	DIRECAO DO TURISMO
23649	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	17.02.06.181.0022.2.126	DIVISAO DE SEGURANCA PUBLICA
23492	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	02.01.04.122.0002.2.003	CHEFIA DE GABINETE
23515	339039880000	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

---

Alto Paraíso - PR., 11 de fevereiro de 2025.

Elaborado por:

---

ANDERSON RICARDO DE GUIMARÃES  
SECRETARIA DO TURISMO

Autorizado por:

---

**LUIZ ELISEU DOS SANTOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
Autoridade Competente



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## ANEXO – II MODELO DE PROPOSTA

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto descrito abaixo, conforme edital do Pregão Eletrônico nº.xx/2025, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

### IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:	
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO: (Representante que irá assinar a Ata de RP).	
RG – Órgão Emissor:	CPF:
ENDEREÇO COMPLETO:	
EMAIL e TELEFONE:	
BANCO, AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:	

### PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1						
2						

**Obs.: Os descritivos deverão ser incluídos exatamente conforme consta no TERMO DE REFERENCIA.**

**PROPOSTA TOTAL:** R\$ (Por extenso)

### VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

LOCAL E DATA

Nome e assinatura do Representante da empresa



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## **ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

### **Declaração de:**

- 1. Cumprimento dos Requisitos de Habilitação,**
- 2. Capacidade de Fornecimento;**
- 3. Inexistência de Fato Superveniente;**
- 4. Que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;**
- 5. Declaração relativa à proposta econômica, em conformidade com o art. 63, § 1º da lei federal nº 14.133/21.**
- 6. Declaração de responsável para assinatura da ata/contrato, ou pelo recebimento da autorização de fornecimento.**
- 7. Que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.**
- 8. Declaração de Responsabilização Criminal e Cível.**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2025**

O signatário da presente, em nome da proponente (nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_ declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório. Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.

2. DECLARA que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025, nas quantidades e nos prazos previstos.

3. DECLARA que Até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório.

4. DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

5. DECLARA para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6. DECLARA para os devidos fins, que assinarei a ata/contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.

7. DECLARA que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

8. DECLARA por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

Local e Data



# **Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR**

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

---

---

(assinatura, nome e CPF do mandante)



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## ANEXO IV

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

O(A)...(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ..., na cidade de ..., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..., neste ato representado(a) pelo(a) ... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ... de ... de ... de 202.., publicada no ... de ... de ... de ..., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº .../202.., publicada no ... de .../.../202..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUJEIÇÃO DAS PARTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ... [do edital de Licitação nº .../20..], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM DO TR	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE)						
X	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL)	MODELO (SE EXIGIDO NO EDITAL)	UNIDADE	QTDE	VALOR UN	PRAZO GARANTIA OU VALIDADE

#### 3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S) (Vide caput do art. 86 da lei 14133)

3.1. O órgão gerenciador será o ...(nome do órgão) ..

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

## **Dos limites para as adesões**

**4.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**4.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**4.8.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

**4.9.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Da Alteração dos Quantitativos**

**4.10.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.1.3.** O quantitativo registrado será automaticamente renovado, quando o órgão gestor optar pela renovação da validade da Ata por mais 01 (um) ano, nos termos do Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, que Regulamenta o SRP.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

**5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

**5.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

**5.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.

**5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**5.5.** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

**5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

**5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**5.9.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.10.** A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município.

**5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

**8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável; ou

**9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**9.4.1.** Por razão de interesse público;

**9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP.

**10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – [altoparaíso@pref.pr.gov.br](mailto:altoparaíso@pref.pr.gov.br)

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**11.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .. (..) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. \_\_\_\_/2025.

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE  
SI O MUNICÍPIO DE Alto Paraíso/PR, E \_\_\_\_

O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_/PR, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, residente e domiciliada neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_-MG, neste ato representado por \_\_\_\_\_, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3192, de 2024 que regulamenta o SRP, consolidada, e Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2025, Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº \_\_\_\_/2025, celebrar o presente contrato nas cláusulas e condições a seguir:

### AUTORIZAÇÃO

A lavratura do presente contrato foi autorizada pela Autoridade Superior do município, a qual adjudicou o objeto ao vencedor, ora denominado contratado, e homologou o resultado da licitação, ato de \_\_\_\_ / \_\_\_\_/2025, o qual consta dos autos.

### CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Descrição completa do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL)	MODELO (SE EXIGIDO NO EDITAL)	UNIDADE	QTDE	VALOR UN	VRL TOTAL

1.3 O fornecedor deverá fornecer o objeto em conformidade como previsto no edital, **vedado, especialmente:**

1.4.1 O fornecimento de objeto com características, qualidade e quantidade diversas do solicitado;

1.4.2 O atraso injustificado no fornecimento;

1.4.3 A entrega do objeto em local, horário e demais condições diversas do previsto;

1.4.4 O recebimento, por servidor da contratante, de objeto diverso do que consta da Ordem de Fornecimento;

1.4.5 O fornecimento de objeto de forma parcial, quando a ordem de fornecimento for total;

1.4.6 O fornecimento de objeto sem a competente ordem de fornecimento.

1.4 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar arbitrariedades na execução do contrato, podendo acompanhar livremente a execução/entrega.

1.5 O servidor municipal tem o dever legal de denunciar abusos e arbitrariedades na execução contratual, sujeitando-se à apuração das responsabilidades.

1.6 Todas as vedações acima caracterizam infração contratual e poderão ser sancionadas, de



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

acordo com a gravidade do ato e com o interesse público prejudicado.

1.7 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025. e seus anexos;
- b) Proposta de interesse da CONTRATADA;

1.8 Os documentos referidos no item 1.7, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

## **CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) publicação no PNCP, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 Os contratos justificadamente celebrados em caso de urgência poderão ter eficácia a partir de sua assinatura, nos termos do artigo. 94 da Lei 14.133 de 2021.

3.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, antes de vencimento do contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 os modelos de gestão e de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão e recebimento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$. .... ( )

5.2 no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Contratos.

6.1.1 Serão pagas as quantidades efetivamente entregues e atestadas, após a competente liquidação.

6.2 Demais disposições acerca do pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será registrado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## 8.1 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

### 8.1.1 Fornecimento de Informações:

- c) Disponibilizar à contratada todas as informações, diretrizes e documentos necessários para a execução adequada dos serviços.
- d) Indicar um representante responsável para o acompanhamento, supervisão e aprovação dos serviços prestados.

### 8.1.2 Apoio Logístico:

- c) Assegurar as condições necessárias para a realização dos serviços, incluindo acesso a locais de evento e infraestrutura adequada.
- d) Disponibilizar espaço adequado para instalação de equipamentos, caso necessário.

### 8.1.3 Pagamentos e Obrigações Financeiras:

- c) Efetuar os pagamentos conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato.
- d) Regularizar eventuais pendências administrativas e financeiras que possam impactar a execução dos serviços.

### 8.1.4 Supervisão e Qualidade:

- c) Monitorar a execução dos serviços para garantir que estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.
- d) Reportar eventuais inconformidades e solicitar ajustes quando necessário.

### 8.1.5 Disposições Gerais:

- c) Respeitar as cláusulas contratuais e garantir a colaboração necessária para a boa execução dos serviços.
- d) Garantir que todas as exigências legais e administrativas sejam cumpridas durante a vigência do contrato.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

## 9.1 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

### 9.1.1 Execução dos Serviços:

- d) Prestar os serviços contratados com qualidade, pontualidade e observância às especificações descritas no edital e seus anexos.
- e) Garantir que todos os serviços sejam executados por profissionais qualificados e devidamente treinados.
- f) Disponibilizar equipamentos e materiais necessários para a execução das atividades contratadas, em perfeitas condições de funcionamento e compatíveis com as exigências do edital.

### 9.1.2 Captação e Produção de Conteúdo:

- d) Captar fotografias, vídeos e imagens por drone conforme padrões técnicos e artísticos estabelecidos pelo contratante.
- e) Realizar transmissões de audiências públicas com qualidade audiovisual adequada, assegurando a captação clara de áudio e vídeo.
- f) Produzir materiais audiovisuais, gravações de áudios e criação de textos, conforme demanda e diretrizes fornecidas pelo contratante.

### 9.1.3 Locação de Equipamentos:

- c) Disponibilizar sistema de som para eventos, incluindo instalação, manutenção e operação durante o período contratado.
- d) Assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos locados, providenciando substituição imediata em caso de falha.

### 9.1.4 Prazos e Conformidade:

- d) Cumprir os prazos estabelecidos para entrega dos materiais e execução dos serviços, conforme cronograma acordado.



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

- e) Atender às solicitações e exigências do contratante, garantindo a adequação dos serviços aos padrões estabelecidos.
- f) Respeitar todas as normas vigentes aplicáveis à execução dos serviços, incluindo legislação trabalhista, de segurança e ambiental.

## 9.1.5 Confidencialidade e Direitos Autorais:

- c) Manter sigilo sobre informações sensíveis e materiais produzidos para o contratante, salvo autorização expressa para divulgação.
- d) Ceder ao contratante, de forma irrevogável, os direitos autorais patrimoniais sobre os materiais produzidos no âmbito do contrato.

## 9.1.6 Confidencialidade e Direitos Autorais:

- c) Manter sigilo sobre informações sensíveis e materiais produzidos para o contratante, salvo autorização expressa para divulgação.
- d) Ceder ao contratante, de forma irrevogável, os direitos autorais patrimoniais sobre os materiais produzidos no âmbito do contrato.

## 9.1.7 Penalidades:

- c) O descumprimento das obrigações previstas neste instrumento sujeitará a contratada às penalidades estipuladas no edital e na legislação vigente.
- d) Em caso de falhas na execução dos serviços, a contratada deverá providenciar correções sem custos adicionais para o contratante.

## 9.1.8 Disposições Gerais:

- c) A contratada deverá manter canal de comunicação aberto para esclarecimento de dúvidas e alinhamento de demandas.
- d) Qualquer alteração nos termos da prestação de serviços deverá ser formalizada por meio de termo aditivo.

## CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco de descumprimento das obrigações por parte da Contratada.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, se não for prorrogado.

13.1.1 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.





# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.1.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.4.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

### ***DESCREVER DOTAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA***

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 No contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 A supressão, se amigável, devidamente motivada, poderá exceder, razoavelmente, o limite previsto no item anterior.

16.4 Os acréscimos e supressões não poderão ser compensados entre si, devendo ser realizados cálculos separados, aplicado o limite de 25% a cada tipo de alteração.

16.1 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de 20 dias úteis, como condição indispensável para a eficácia do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Xambê/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Alto Paraíso/PR,        de        de 2025.